

OAB cobra explicação de Lula e defende independência do Supremo

O presidente da OAB, Ophir Cavalcante, criticou o comportamento do ex-presidente Lula em encontro com o ministro Gilmar Mendes, no escritório de Nelson Jobim, advogado, ex-presidente do Supremo e ex-ministro da Defesa do governo petista. De acordo com a revista *Veja*, o ministro Gilmar Mendes foi convidado para um encontro com Lula no escritório de Nelson Jobim. Segundo a reportagem, Lula pediu a Gilmar Mendes para tentar adiar o julgamento do mensalão. Como gratificação, Lula ofereceu blindagem na CPI que investiga as relações do empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, com políticos e empresários. O ministro reagiu e mandou Lula ir fundo na CPI.

"O Supremo Tribunal Federal, como instância máxima da Justiça brasileira, deve se manter imune a qualquer tipo de pressão ou ingerência. Ainda que o processo de nomeação de seus membros decorra de uma escolha pessoal do presidente da República, não cabe a este tratá-los como sendo de sua cota pessoal, exigindo proteção ou tratamento privilegiado, o que, além de desonroso, vergonhoso e inaceitável, retiraria dos ministros a independência e impessoalidade na análise dos fatos que lhe são submetidos. São estas condições fundamentais para a atividade do julgador e garantias inarredáveis do Estado democrático de Direito. A ser confirmado o teor das conversas mantidas com um ministro titular do Supremo, configura-se de extrema gravidade, devendo o ex-presidente, cuja autoridade e prestígio lhe confere responsabilidade pública, dar explicações para este gesto. Ao mesmo tempo, a Ordem dos Advogados do Brasil reafirma a sua confiança na independência dos ministros do Supremo Tribunal Federal para julgar, com isenção e no devido tempo, as demandas que constitucionalmente lhe são apresentadas", afirmou o presidente da OAB.

Ophir Cavalcante não foi o único a ficar indignado. O presidente do Conselho Fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst), Flávio Pansieri, afirmou que o ex-presidente cometeu "crime" ao propor ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, o adiamento do julgamento do "mensalão" em troca de "blindagem" do magistrado na CPI do Cachoeira. Segundo Pansieri, a notícia representa a maior afronta tornada pública da história do Judiciário brasileiro. Ele conclamou o Ministério Público Federal a entrar imediatamente com uma ação contra Lula para evitar que fatos semelhantes voltem a ocorrer no mais importante tribunal do país. Na opinião do jurista, o STF deve agora pautar e concluir o julgamento do "mensalão", demonstrando dessa forma a sua "independência e autonomia absoluta de relações espúrias com o poder ou ex-autoridades da República".

Os ministros Celso de Mello e Marco Aurélio <u>reagiram</u> com indignação à reportagem. Ouvidos neste domingo (27/5) pela revista **Consultor Jurídico**, os dois ministros classificaram o episódio como "espantoso", "inimaginável" e "inqualificável".

Autores: Redação ConJur